**A CONTRIBUIÇÃO DO LEDOR NA INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO SUPERIOR**

Autora: Delane Leite Suassuna Diniz–Mestra pelo ISEL

delane\_suassuna@hotmail.com

Coautora: Zenaide Mesquita de Holanda –Mestra pelo ISEL

zenaide\_holanda@hotmail.com

Coautor: Auri Marconi Diniz – Mestre pelo ISEL

[aurimarconidiniz@gmail.com](mailto:aurimarconidiniz@gmail.com)

**RESUMO**

O presente artigo trata de um estudo a partir de um curso de Ledor com relato de experiências com objetivo de realizar a uma análise sobre a importância da contribuição do ledor na inclusão do deficiente visual no Ensino Superior. Tendo como base teórica, BRASIL (2004), BRASIL (2006), entre outros. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. Com relação ao processo de realização deste trabalho, no primeiro momento, foi realizada a experiência vivenciada no curso de ledor, na vivencia dos alunos com Deficiente Visual (DV), da própria instituição, no segundo momento, foi realizada uma entrevista oral com um DV o qual nunca frequentou uma instituição de ensino. Como resultado por meio do curso de ledor e da entrevista foi constatado a importância do Ledor nacontribuição para o DV no processo de inclusão no Ensino Superior. É inevitável imergir nessa discussão emblemática de como lidar com o “diferente”, propor iniciativas pedagógicas inovadoras que propiciem uma educação para todos sem distinção. Faz-se necessário acreditar na diversidade como uma aceitação ao desenvolvimento do indivíduo com uma prática diferenciada, pautada por competências para inserir os alunos com deficiência visual no ensino regular, contribuindo para este permaneça e conclua todas as etapas do ensino sem maiores entraves. Nessa perspectiva precisamos compreender a diversidade humana como força motriz, a um desafio que se apresenta nas relações interpessoais de inclusão social e educacional, contribuindo para uma pratica menos segregacionista e preconceituosa

PALAVRAS-CHAVE: Sujeitos, Deficiência Visual e Educação Inclusiva.

**INTRODUÇÃO**

A educação Especial, como sendo uma modalidade da educação escolar, definida nas Diretrizes da Educação Nacional assegura ao aluno o direito ao ingresso, acesso e permanência em todas as etapas e níveis e etapas de ensino dos alunos com necessidades especiais educacionais - NEE. No Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que em seu artigo 1° declara como seu propósito fundamental: promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Consonante aos objetivos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Decreto [Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%203.298-1999?OpenDocument) em seu artigo 27 preconiza que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

Com relação a problemática, sobre a importância do Ledor e sua contribuição na inclusão do Deficiente Visual no Ensino Superior, a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte –UERN, em conformidade com a Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas – DAIN, oferece cursos de extensão na área inclusiva, a despeito deste de ledor, uma ação de formação continuada, que capacita profissionais da área educacional para atuar no atendimento especializado a pessoas com deficiência visual (DV), como colaborador junto ao deficiente na aquisição do conhecimento na academia.

Entretanto, o objetivo deste, é apreender conhecimentos no Curso de Ledor para incluir o aluno com DV no Ensino Superior, para tanto o curso tem o propósito de preparar pessoas para atuar junto aos deficientes visuais com leitura adequada conforme parâmetros, metodologias e técnicas para garantir ao DV uma compreensão da situação proposta em sua plenitude. O objetivo do ledor é garantir uma atuação correta no espaço educacional, nos órgãos públicos, institutos de reabilitação, audiotecas, estádios, teatros e eventos em geral, não esquecendo a atuação primordial em concursos diversos, oferecendo a devida atuação como ledor com segurança e credibilidade.

A metodologia do presente trabalho, trata-se e uma análise feita a partir de uma abordagem qualitativa em que no primeiro momento foi registrado a vivencia e depoimentos de estudantes da graduação da própria Universidade. O segundo momento foi a entrevista oral com DV que não havia frequentado uma instituição inclusiva, em que foi feito uma pesquisa de campo e um estudo de caso.

Mediante a metodologia aplicada, compreende-se a importância do ledor na atuação do DV, visto que, ele é aquele que lê para pessoas com DV, baixa visão, Dislexia, Transtornos Globais, entre outros. Essa importância do ledor para o aluno com DV torna-se primordial e é destacada nos depoimentos dos alunos deficiente visuais estudante da própria instituição supra citada, quando este ressalta o ledor como colaborador na construção de seus conhecimentos acadêmicos.

Esse trabalho relata a experiência vivenciada, tanto para o ledor como para o deficiente visual. O trabalho da DAIN vem ganhando grandes proporções visto que, cresceu o número de alunos assistidos por esse departamento na colaboração da melhor qualidade de vida acadêmica dos deficientes graduandos. Ela atua para dar suporte logístico e humano aos portadores de deficiência que ingressam no Ensino Superior.

A DAIN está ligada à Administração Superior, conforme Resolução Nº 05 de 24 de março de 2015, com um trabalho somado com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG, a Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPEG e a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. A partir de 2004, a UERN vivencia uma trajetória de inclusão com profissionais dedicados à discussão e atividades ligadas à diversidade e à inclusão. A DAIN, oficialmente, foi criada pela Resolução n° 2/2008 do Conselho Universitário - CONSUNI, de 18 de abril de 2008, em 2010, passa a Diretoria, através da Resolução Nº 31/2010-CD, posteriormente, a ser Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN), através da Resolução n° 5/2015-CD e por meio da Resolução N° 04/2016-CD foi mantida sua natureza de órgão suplementar, ratificando sua denominação e aprovando seu organograma como Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN).

O trabalho desenvolvido pela DAIN consubstancia-se nas propostas gerais de ação com base nas Legislações Nacionais e Internacionais de Educação Especial - buscando promover e ampliar intercâmbio com diversas entidades, objetivando o gerenciamento, a transmissão e a fixação de técnicas e metodologias no campo do ensino da Educação Especial.

**1.EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

De acordo com a LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, em seu Art. 1o É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

As barreiras são muitas, os embates que envolvem a viabilização de um projeto de inclusão vão além de todas as previsões estabelecidas durante seu planejamento. Empanca nas barreira burocráticas, na falta de recursos financeiros, apoio logístico e profissionais qualificados para atuar com as deficiências. Acredita-se que, por mais debatido que seja o assunto no nível teórico, ele precisa ser antes de tudo ser assimilado, incorporado, por todas as pessoas envolvidas nesse processo inclusivo, como princípio e enquanto postura profissional.

A construção do caminho de acesso e permanência na academia, deve ser centrado na quebra de barreiras atitudinais e procedimentais, considerando que é um passo fundamental para a construção das possibilidades de participação plena e efetiva da vida em sociedade em todas as dimensões das pessoas com deficiências.

Ainda existem crenças, mitos e concepções errôneas acerca da deficiência visual e sobre as habilidades das pessoas com essa deficiência.

Uma crença muito comum entre leigos e educadores é a de que todas as pessoas com cegueira têm uma memória extraordinária. [...] uma grande capacidade de armazenar na memória números, dados, esquemas, referências e outras informações. [...] espera-se que estas pessoas sejam excelentes ouvintes, capazes de apreender pela oralização e memorização (DOMINGUES et al., 2010, p. 27).

E não é bem assim, eles não são HDs ambulantes. Eles aprendem sim com maior facilidade através da oralidade mas essa não é a única maneira existente, hoje há vários recursos que acentuam essa facilidade. Os recursos sonoros também são usados para observação do som dos objetos no ambiente, como olfato serve distinguir odores diversos.

As informações tátil, auditiva, sinestésica e olfativa são mais desenvolvidas pelas pessoas cegas porque elas recorrem a esses sentidos com mais frequência para decodificar e guardar na memória as informações. Sem a visão, os outros sentidos passam a receber a informação de forma intermitente, fugidia e fragmentária (SÁ, CAMPOS; SILVA, 2007, p.15).

Dessa forma essas pessoas vão construindo seus conceitos e consolidando seus conhecimentos. Embora os paradoxos da atual sociedade capitalista ofusquem a compreensão dos fatos, é normal deparar-se com inúmeras questões que angustiam educadores comprometidos com a complexidade do fazer pedagógico que beneficie essa clientela.

Segundo FREIRE (1996, p.52), “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Ou acrescenta PERRENOUD (2000, p.179-180)

“A alto formação resulta realmente de uma pratica reflexiva que se deve muito mais a um projeto (pessoal ou coletivo) do que uma expectativa explicita da instituição... a responsabilidade de sua formação continuada pelos interessados é um dos mais seguros sinais de profissionalização de um oficio...”

Ajudar a formar e estabilizar uma visão clara do oficio e das competências é uma das principais funções - subestimadas - dos referencias e competências. Eles não são portanto, instrumentos reservados aos especialistas mas, meios para os profissionais construírem uma identidade coletiva.

Educadores imergem num dilema em proporcionar um fazer pedagógico diferente para atender a diversidade inserida na academia. Os docentes ainda se sentem despreparados para atuar com alunos com necessidades especiais, por não haver cursos de formação continuada na área de inclusão com frequência, visto que, houve um aumento vultuoso dessa clientela. Faz-se necessário na atualidade, diante da demanda exigida, que as políticas públicas se voltem para esse olhar com maior empenho, e preparar melhor seus educadores para esse fim.

Entretanto contesta-se parâmetros que discutem as competências necessárias para ensinar com mais responsabilidades, diferenciando o ensino atribuindo o ensinar de acordo com as especificidades individuais que cada pessoas com deficiências requer, e assim, encontrar caminhos para perpetuar a inclusão como facilitador na qualidade de vida das pessoas com deficiências. O convívio com a diferença é uma subjetividade humana que se constrói sem medos, sem receios, sem exclusões, construídos na vivencia, na igualdade de oportunidades, na aceitação ao outro, na alteridade, enfim, na valorização as diferenças.

De acordo com o do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Art. 165. O poder público promoverá e incentivará o desenvolvimento cientifico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas voltados para melhoria da qualidade de vida e trabalho das pessoas com deficiência. Em seu: §1º O desenvolvimento e a pesquisa promovidos ou incentivados pela Administração Pública darão prioridade à geração das deficiências, assim com a produção de ajudas técnicas e tecnologias de apoio.

A ideia da democratização do ensino como possibilidade de manter todas as crianças na escola, e o ideal de uma escola de qualidade para todos parecem não ser suficientes para garantir posturas coerentes de toda a comunidade educacional, para receber os alunos com deficiências. Garantir escolarização de qualidade para todos implica aceitar e valorizar a diversidade das classes sociais as condições concretas e o estilo de cada indivíduo para aprender.

Hoje as escolas buscam resgatar através da inclusão o respeito, a dignidade humana para essas pessoas tanto marginalizadas por uma limitação que a comete. Como isso possibilitamos a esse indivíduo o acesso ao recurso para o seu pleno desenvolvimento. A deficiência não deve ser tratada isoladamente como obstáculo ou impedimento que impossibilite o seu desenvolvimento e suas potencialidades.

Para Sartoretto e Bersch (2010) há necessidade de mecanismos para a inclusão:

Os recursos podem ser considerados ajudas, apoio e também meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático projetados para proporcionar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar (SARTORETTO; BERSCH, 2010, p. 08).

Todavia compreende-se que algumas ações estão sendo desenvolvidas para esses fins, inicia-se o atendimento em salas multifuncionais, em órgãos educacionais, entre outros, como exemplo a DAIN, que objetiva contribuir com o processo de inclusão de alunos na graduação na UERN, como também, promover curso de formação continuada para pessoas atuarem em determinadas áreas inclusivas, especialmente para o atendimento ao deficiente visual, oferendo o curso ledor para fins e interesses educacionais e de outras, e assim suprir a necessidade em diversos concursos.

Com essa iniciativa, a universidade promove a inclusão. Colabora nas distintas áreas inclusivas através de curso de libras, para alunos surdos e curso de ledor para aluno com deficiência visual, ou baixa visão, para assim, atender um público alvo de discentes e profissionais para atuarem no mercado educacional e social, os quais a sociedade globalizada exige. Entretanto abordar a questão do educar na diversidade, sensibiliza olhares e conhecimento as diferenças, pelo fato dos seres humanos serem considerados únicos de serem diferentes na cultura, no gênero ou nas chamadas necessidades especiais que determina tal unicidade.

Precisamos entender e agir de forma positiva sobre estas dificuldades, sobre estas inquietações que fazem parte do nosso cotidiano e de muitos educadores, já dizia Piaget, que a aprendizagem é um processo intelectual, e aqui vemos cada um com sua especificidade, mas também, com seus direitos de assimilação. Portanto aceitar talvez seja o primeiro passo que diante mão não exclui o direito de aprender, precisamos avançar o entendimento como educador e aceitar o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada que oportunize o educando, seja ele, com ou sem necessidades educacionais especiais, planejar estratégias de aceitação ao diferente.

Acompanhar o aluno na sua diferença é normal, desde que esse mestre tenha formação adequada para subsidiar sua prática ao ritmo do aluno, suprindo as individualidades de cada um, assim, termos uma escola inclusiva que garanta a qualidade de ensino, reconhecendo e respeitando a diversidade.

**2.RELATO DA EXPERIÊNCIA**

Entretanto, o objetivo desse curso é contribuir com o processo de inclusão de alunos com deficiência visual na UERN e na sociedade civil, como estamos fazendo agora formar pessoas para atuarem como ledor nos órgãos educacionais bem concursos e vestibulares, e para comprovar esse trabalho desenvolvido pelo DAIN, fizemos uma entrevista com um deficiente visual, com o intuito de se observar se o objetivo do curso de ledor fora alcançado.

Assim sentimos a necessidade de compartilhar a experiência, embasar teórica e cientificamente, retirar conclusões e contextualizar de forma crítica construtiva. Após visitarmos e observarmos uma instituição pública e fazer as devidas conclusões desta visita quanto ao funcionamento da sala multifuncional, não estando satisfeitos suficientes, por não existir alunos com cegueira total ou deficiência visual, ficou uma lacuna e procuramos recompensar com uma visita domiciliar a um deficiente visual.

Assim o fizemos, entramos em contato com a esposa do deficiente visual marcamos e combinamos a entrevista. Passados alguns dias nos deslocamos até a zona rural na Fazenda Tuiuiú I, no município de Patu-RN, onde reside a pessoa de Rogerio Nascimento deficiente visual, o qual nos recebeu junto a sua esposa e filhos. Ficando frente a frente nos preparamos pra entrevista, para lembrar o posicionamento do ledor, sentar à frente do ouvinte por ser melhor para propagação do som, obstáculos ou desvios. Não esquecendo que o ato da leitura deve ser confortável ao ledor e ao ouvinte, pois a leitura é um dos mais fortes instrumentos utilizado no processo de formação humana.

De início nos apresentamos, e iniciamos os trabalhos com uma breve contextualização do curso de ledor, que seria uma ação desenvolvida pela Diretoria de Apoio a Inclusão- UERN. Na perspectiva de capacitar profissionais para atuar no atendimento às pessoas com deficiência visual, o curso é uma formação continuada de preparar pessoas para desenvolver leitura com o DV com forma de metodologias e técnicas adequadas para garantir o direito a inclusão.

Em seguida fizemos a primeira pergunta embasada no conteúdo estudado no referido curso. Falamos do ledor, como sendo, aquele que ler em voz alta para o outro, nesse caso para as pessoas que apresentam deficiência visual, portanto o leitor ou ledor realiza o ato da leitura. Iniciamos com a primeira pergunta oralmente e contextualizada:

Sabemos que quando enxergamos, estabelecemos uma comunicação visual com o mundo exterior, pois a visão reina sobre os sentidos, por ela o elo de ligação que integra os outros sentidos, formas contornos, tamanhos, cores e imagens que estrutura a composição de uma paisagem ou ambiente, e oposto a isso, temos a cegueira que sendo uma alteração afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, instancia, forma, posição ou movimento. Esta pode ocorrer desde o nascimento, congênita ou posteriormente, adventícia ou popularmente a cegueira adquirida. Então diante desses conceitos, somos conhecedores de suas capacidades e conhecimentos, mas queremos saber como você perdeu a visão? E quando foi? Como foi para você enfrentar uma nova vida de adaptação? Houve momento de depressão ou desesperador? Qual foi o seu estado emocional? Respondendo: que foi Glaucoma congênito, e que os quatros anos devido uma infecção os médicos recomendaram a retirada de todo globo ocular, devido a essa cirurgia as pessoas achavam que ele havia ficado cego naquela idade.

Comprovamos seu vasto conhecimento diante das colocações precisas ao responder com certa intelectualidade, e diante da participação dos conteúdos absorvidos no decorrer do curso, podemos afirmar a importância da leitura como uma canal de aprendizagem mesmo que seja na forma de oralidade, pois para FREIRE (1987 p.68) “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Sendo assim, compreendemos que a leitura é fundamental para a compreensão de mundo pois estamos no mundo para nos adaptarmos e agregar o conhecimento proporcionado pela leitura. E a palavra viva é um diálogo existencial que expressa e elabora o mundo, a comunicação e a colaboração, por tanto a linguagem insere o homem numa cultura letrada. Logo após fizemos a segunda pergunta:

Sabemos que é comprovado cientificamente que os sentidos tem as mesmas características e potencialidades para todas as pessoas e que as informações; tátil, auditiva, cenestésica e olfativa são mais desenvolvidas pelas pessoas cegas. Então Rogerio o que tem pra nos dizer dessa comprovação? Seus sentidos, ou algum deles foram mais desenvolvidos ou mais apurados, já que você teve que recorrer com mais frequência? Quer dizer, diante de sua cotidiana você percebeu o desenvolvimento desses sentidos pela ativação continua ou por força da necessidade? Com certeza! quando ficamos deficiente de algum órgão os outros se desenvolvem com maior frequência por causa da necessidade, a audição foi o sentido que se desenvolveu mais por receber maior estimulo.

A incidência da cegueira de forma lenta ou abrupta provoca rupturas, uma mudança radical em todas as dimensões da vida pessoal e modifica o contexto familiar, social, educacional e profissional. De acordo com Vygotsky (1997), a cegueira deve ser compreendida como uma fonte reveladora de atitudes, uma força motriz para a superação de obstáculos e dificuldades, mais do que uma deficiência, de feito ou insuficiência de um órgão ou função. A cegueira como qualquer outra deficiência faz com que o indivíduo desenvolva os outros sentidos. Portanto, finalizamos com outras perguntas:

Rogério, temos conhecimento que você ao perder a visão isso não o impediu de se mobilizar, movimentar com precisão, é do nosso conhecimento comentário de sua locomoção; de que você andava de bicicleta no “balde” (parede do açude) e até dirigia, isto acontecia realmente? Acontece hoje? Mas sempre percebemos que geralmente sua esposa é seu guia vidente, então, diante de sua inteligência e capacidade na realização de determinadas tarefas, senti a necessidade de lhe perguntar, se você sabe da existência de um curso de orientação e mobilidade que objetiva o deficiente visual adquirir mais segurança de poder se mobilizar sozinho sem a ajuda de alguém.

E quanto as tecnologias assistivas. Conhece? Usa a bengala? Você é conhecedor recursos que facilitam a vida em sociedade do DV? Esses são os recursos didáticos e os recursos tecnológicos que possibilitam o acesso ao conhecimento, como: cela braile, alfabeto em alto relevo, pranchas de desenho em relevo e os tecnológicos, meios de informáticas que possibilitam a comunicação a pesquisa e o acesso ao conhecimento com exemplo, programas de leitura de tela com síntese de voz, conhecidos para usuários cegos navegar na internet e outros operados por comandos de teclado que dispensam uso de mouse. Programas mais conhecidos no Brasil – DOSVOX- site do governo \_\_Você conhece algum desses recursos? Se não tem vontade de conhecer? Fiquei sabendo desses programas depois dessa entrevista. Lamento por não ter tido essa oportunidade, e enalteço essa prática que beneficia os DVs e assegura a essas pessoas maior interação nas relações estabelecidas no meio acadêmico e social.

Entretanto, ao finalizamos vemos que os deficientes Visuais eram vistos como incapaz por não terem a visão, rotulados de inválidos, mas na sociedade inclusiva essas pessoas tem apenas uma limitação, que pode ser superada com a aplicação das práticas corretas. Assim constatamos com o entrevistado que não foi alfabetizado da maneira correta por que não houve oportunidade, nunca saiu da fazenda para estudar em nenhuma escola. Mas apesar disso, escuta muito programas de rádio que enriquece seu vocabulário, demonstrando certa destreza em suas respostas, todas com coerência e coesão. Segundo FREIRE (1996, p.52), “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Ou acrescenta PERRENOUD (2000, p.179-180)

“A alto formação resulta realmente de uma pratica reflexiva que se deve muito mais a um projeto (pessoal ou coletivo) do que uma expectativa explicita da instituição... a responsabilidade de sua formação continuada pelos interessados é um dos mais seguros sinais de profissionalização de um oficio...”

Ajudar a formar e estabilizar uma visão clara do oficio e das competências é uma das principais funções - subestimadas - dos referencias e competências. Eles não são portanto, instrumentos reservados aos especialistas mas, meios para os profissionais construírem uma identidade coletiva”. Portanto ao possibilitar o alto conhecimento a escola também estimula a construir as competências necessárias para construção do processo de inclusão visando não só uma formação continuada, mas, a participação ativa do sujeito, conhecedores de seus direitos e deveres, perante a sociedade globalizada visando o reconhecimento do outro, assim a alteridade entre os sujeitos.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A integração entre os sujeitos só acorre quando há uma visão despida de preconceito, cabendo aos mesmos o continuo desenvolvimento. Entretanto de acordo com a Declaração de Salamanca (Conferencia Mundial de Educação Especial em Salamanca, Espanha que reuniu delegados 888 governos de 29 organizações internacionais de 7 a 10 de Junho de 1994) que legitima estruturas de educação especial, tendo como princípio orientador, a consideração de que as escolas devem acolher todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais, linguísticas ou outras.

Entretanto, constatamos a importância dos conhecimentos adquiridos no curso de Ledor, para atuar com o DV na inclusão, no acompanhamento e atendimento desse alunos com DV no ensino superior. Como resultados, vemos a importância do LEDOR como colaborador na aquisição do conhecimento das pessoas com DV que se configura na entrevista do estudo de caso e no relato dos acadêmicos que cursam: História e Geografia na UERN que são devidamente atendidos por ledores na resolução de suas tarefas acadêmicas. E em seus depoimentos, nas aulas do curso de ledor, foram unanimes em afirmar que, apesar de todas as tecnologias assistidas, criadas para facilitar o acesso as informações pelos DVs, ainda assim, preferem o ledor como seu parceiro colaborador na aquisição do conhecimento acadêmico. O ledor é os seus olhos para o mundo acadêmico e em atividades culturais. Além da leitura de textos escritos, o ledor descreve imagens, ambientes, objetos, e faz audiodescrição de peças de teatro, de filmes, shows, espetáculos entre outras, a nos auxiliar.

Portanto, a escola inclusiva deve promover uma educação de alta qualidade a todos os alunos, modificando atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e desenvolvendo uma sociedade inclusiva. Esta deve ser adaptada às necessidades dos alunos, respeitando-se seus ritmos e os processos de aprendizagem, contrapondo-se a sociedade que inabilita e enfatiza impedimentos, propondo uma pedagogia centrada nas potencialidades humanas.

**REFERÊNCIAS**

AGUIRRE**,** Dário de Ávila e NEGRY, Karla C. P.. Capacitação de Ledores e Transcritores para atuação em cursos. Grupo Incluir. Brasília, 2001.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Constituição (1988) da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Projeto de Lei 7.699/2006 Brasília: Senado Federal, 2006.

CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Ana Maria Pessoa (Org.) **Ensinar a Ensinar**: Didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002, p 43.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**. Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais – Acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessário à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PACHECO, J. **Série não rima com inclusão.** Pátio, Educação Infantil. Ano VI, n.16, mar./jun. 2008.

PERRENOUD, Philippe, **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patricia Chittoni Ramos- Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PORTAL UERN- <http://www.uern.br/site/dain/default.asp?item=dain-apresentacao>. Acesso 11 de Out 2018.

SÁ, D.; CAMPOS, C.; SILVA, C. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual.** Curitiba: Gráfica e Editora Cromos, 2007.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa.** Brasília: 2010

SOUSA, Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA, Ivaldo Silva. **A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar**. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 6, n. 3, p. 41-50, set./dez. 2016.